

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**

O ATLETA GUIA: esquadrinhando a (in)visibilidade nas pistas de corrida

GUILHERME MAGALHÃES TESTA

Porto Alegre – RS

2018

GUILHERME MAGALHÃES TESTA

**ATLETA GUIA: UMA VISÃO DAQUELES QUE SÃO OS OLHOS DOS ATLETAS
CEGOS NAS CORRIDAS DE FUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao curso de Licenciatura em
Educação Física da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como requisito para
aprovação.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Janice Zarpellon
Mazo

Porto Alegre – RS

2018

Dedico este trabalho à minha família, amigos e a todos que caminharam comigo durante todos estes anos de graduação.

Aos atletas guia e atletas com deficiência visual. Que este trabalho sirva como um meio para que novas pessoas tenham interesse e conscientização da importância de guiar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Deus, que me abençoou e iluminou o meu caminho, colocando as dificuldades necessárias para que eu crescesse de forma consciente e consistente. Da mesma forma com que, colocou pessoas iluminadas que me ajudaram ao longo desta trajetória.

Aos meus pais, que me deram todo suporte e auxílio com muito amor, carinho e dedicação educaram-me, transmitindo valores e princípios valiosíssimos, responsáveis pela minha formação pessoal e profissional. Agradeço a toda minha família que em todos os momentos fizeram o que era possível naquele momento para me ajudar. Um agradecimento especial à minha irmã Roberta, que me ajudou no início desta trajetória em 2012, com muito incentivo e carinho. Obrigado ao professor Paulo Filho, que me deu a oportunidade de ser monitor do seu curso pré-vestibular e me fez amadurecer e crescer.

Obrigado a todos meus amigos, colegas, professores da ESEFID e UFRGS, vocês formaram o profissional que sou hoje. Em especial, agradeço a professora Janice Zarpellon Mazo, que durante toda minha formação acreditou no meu potencial, mesmo nos momentos de maior dificuldade, sempre estendeu a mão. Obrigado ao Programa de Educação Tutorial – PET, que me mostrou outro lado da Educação Física e me permitiu ampliar meus horizontes. Agradeço ao grupo de pesquisa NEHME, que selou a minha formação acadêmica, com outra óptica sobre o esporte e a Educação Física.

Agradeço aos atletas e guias que participaram do meu trabalho, sem estas pessoas nada teria sido construído. Certamente uma folha é pouco para agradecer tantas pessoas iluminadas e especiais que auxiliaram na minha trajetória pessoal e profissional. O que de fato sei, é que parte da minha trajetória se encerra. Muitas pessoas foram importantes nesse processo. Porém uma folha é muito pouco para agradecer as diversas contribuições e aprendizados que tive.

“Deficiente é aquele que não
consegue modificar sua vida,
aceitando as imposições de outras
pessoas ou da sociedade em que vive,
sem ter consciência de que é dono do
seu destino”.

(Mario Quintana)

RESUMO

Os Jogos Paralímpicos representam, atualmente, o maior evento esportivo de alto rendimento para pessoas com deficiência. Todavia, no princípio, década de 1940, a prática esportiva para pessoas com deficiência tinha somente finalidades terapêuticas e recreativas. Nas décadas seguintes, a realização de competições e a incorporação de características do esporte olímpico adentraram o campo da prática esportiva para pessoas com deficiência gerando mudanças nos desígnios do movimento paralímpico. A pesquisa tem como objetivo descrever o percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo dos Jogos Paralímpicos, desde a primeira participação dos atletas guias até a edição Rio 2016. A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, além da coleta de fontes documentais e produção de entrevistas. As informações coletadas foram confrontadas e interpretadas indicando que os atletas guia ainda não têm o devido reconhecimento no esporte paralímpico. O trabalho de guia é basicamente voluntário para grande parte dos atletas, sendo motivado pelo fato de auxiliar alguém. Para tanto, existem diversas barreiras como, por exemplo, nos aspectos de treinamento e remuneração destes atletas. Por meio desse estudo espera-se dar maior visibilidade ao esporte paralímpico de alto nível e ao trabalho dos atletas guias no país.

ABSTRACT

The Paralympic Games represent, currently, the largest high-performance sports event for people with disabilities. However, in the beginning, in the 1940s, the sports practice for people with disabilities had only therapeutic and recreational purposes. In the following decades, the holding of competitions and the incorporation of characteristics of the Olympic sport entered the field of sports practice for people with disabilities generating changes in the designs of the Paralympic movement. The research aims to describe the historical route of athletes guide blind Brazilian athletes in the background race of Paralympic games, from the participation of the athletes guides until the edition Rio 2016. The research was carried out from a bibliographical review on the subject, besides the collection of documentar sources and

the production of interviews. The information collected was confronted and interpreted indicating that the athletes guide still does not have the proper recognition in the Paralympic sport. The guide work is basically voluntary for most of the athletes, being motivated by the fact of helping someone else. For this, there are several barriers, such as in the aspects of training and remuneration of these athletes. Through this study it is hoped to give greater visibility to the parabolic sport of high level and the work of the athletes guides of the country.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos participantes do estudo

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABDC - Associação Brasileira de Desporto para Cegos

CND - Conselho Nacional dos Desportos

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

COI - Comitê Olímpico Internacional

CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro

IBSA - *International Blind Sports Association* - Associação Internacional de Esportes para Cegos

IPC - Comitê Paralímpico Internacional

INAS-FID - Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Intelectual

ISMGF - Federação Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville

ISOD - *International Sports Organization Disable* - Organização Internacional de Esportes para o Deficiente

ISMWSF - *International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation* - Federação Internacional de Stoke Mandeville para Esportes em Cadeira de Rodas

SEED - Secretaria de Educação Física e Desporto

SOI - *Special Olympics* - Olimpíadas Especiais

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2.REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	11
2.1. Materiais e Métodos	14
3.REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1. História Do Esporte Adaptado	17
3.2. Esporte Paralímpico	22
3.3. Atletismo Paralímpico	23
3.4. Atleta com deficiência visual	24
3.5. Atleta-Guia	26
4.RESULTADOS	28
4.1. Perfil do Atleta-Guia	28
4.2. Motivação do Atleta-Guia	30
4.3. Treinamento do Guia	31
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6.REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

O Atletismo Paralímpico é uma modalidade que faz parte dos Jogos Paraolímpicos desde 1960 em Roma, do qual, participaram homens e mulheres com diferentes deficiências. O atletismo é hoje o esporte mais praticado nos mais de 70 países filiados à Federação Internacional de Desportos para Cegos (IBSA). Além dos Jogos Paralímpicos, fazem parte de seu calendário maratonas, jogos mundiais e campeonatos mundiais para jovens. Um dos grandes fatores de difusão da modalidade são o fácil acesso e a naturalidade dos movimentos, já que correr, saltar, lançar e arremessar são atividades inerentes à sobrevivência do homem (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

O indivíduo com deficiência visual é uma pessoa normal, que não enxerga ou possui visão reduzida, ou seja, nenhuma outra defasagem lhe é naturalmente inerente. Em algumas modalidades do esporte para deficientes visuais existem adaptações diferentes em relação a outras deficiências, tais como uso da venda, no atletismo, alguns atletas podem fazer uso de um atleta guia. As provas são divididas por grau de deficiência visual e as regras são adaptadas, sendo permitido o uso de sinais sonoros e de um guia, que corre junto com o competidor para orientá-lo (COSTA; SOUSA, 2004). A classificação dos atletas cegos é determinada pela International Blind Sports Association (IBSA), a classificação é realizada de acordo com os parâmetros funcionais da acuidade visual e do campo visual.

No atletismo adaptado para atletas deficientes visuais, os atletas B1 e B2 possuem direito de correr em duas raias, unidos por uma guia (CARDOSO, GAYA, 2014; VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006; KHALILI, 2004). Para correr, a pessoa com deficiência visual precisa de um guia que fica responsável pela orientação do atleta, bem como à condução ao longo do percurso. O atleta-guia poderá passar instruções de colocação e posição (CIDADE, FREITAS, 2009 *apud* Recreio nas Férias e os Valores Olímpicos). A prática esportiva de atletas com deficiência visual e de seu guia tem chamado a atenção de diversas formas, principalmente em corridas de longa distância.

O guia nas corridas é o olho do atleta, sendo-lhe permitida a comunicação verbal e física com o atleta. Ser guia requer um elevado nível de profissionalismo, mesmo quando trabalha como voluntário. O trabalho de guia de atletas com

deficiência visual é, em geral, desenvolvido por pessoas que, sendo atletas, ou tendo interesse em se dedicar a isso, propõem-se a ser voluntários (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

Frente as considerações, a investigação tem como objetivo descrever o percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo dos Jogos Paralímpicos, desde a primeira participação dos atletas guias até a edição Rio 2016.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico-metodológico que servirá como alicerce para as futuras análises. Com o intuito de descrever o percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo dos Jogos Paralímpicos, o trabalho será construído com o apoio teórico da história do esporte, memórias esportivas e história oral.

A história oral ou fontes orais centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido (MATOS; SENNA, 2011). A história oral pode fornecer uma percepção pessoal sobre os eventos e o que eles significaram para um grupo específico de pessoas, dando vida à evidência histórica. (VAMPLEW, 2012). Segundo Silva, Pereira e Mazo (2013), a História Oral busca conhecer um determinado passado por meio dos depoimentos de pessoas que vivenciaram esse determinado passado. E, desta forma, irá recorrer às memórias dessas pessoas para buscar diferentes representações. A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas (THOMPSON, 1992 *apud* MATOS; SENNA, 2011).

A expressão História Oral é ambígua, preferindo utilizar Fontes Orais, pois acredita que ela é mais uma fonte entre outras (JOUTARD, 2002 *apud* SILVA; PEREIRA; MAZO, 2013). As fontes orais e escritas não são mutuamente excludentes; cada uma possui suas funções específicas que somente uma ou outra poderá preencher (Portelli, 1997 *apud* SILVA; PEREIRA; MAZO, 2013). Matos e Senna (2011) salientam que a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes,

necessita de documentos variados, não apenas os escritos.

A História é uma ciência social interpretativa, com base empírica: a menos que exista alguma evidência do passado, não pode haver a história do esporte. As fontes tradicionais de evidência, arquivos e jornais — antes da televisão, talvez os “maiores instrumentos de comunicação popular” (JEFFREY HILL *apud* VAMPLEW, 2012) têm sido substituídas por novas fontes (VAMPLEW, 2012).

O autor Vamplew (2012), define a história do esporte pode ser considerada como a memória esportiva de uma nação, sem a qual o que há é a amnésia esportiva. Tubino (2010) apresenta o esporte, como um dos mais importantes fenômenos socioculturais desta transição de séculos, permitindo aprofundamentos políticos, sociais, culturais, educacionais, científicos e antropológicos. Entre as várias modalidades da História que se desenvolveram no decurso do século XX, algumas primam pela riqueza de possibilidades (BARROS, 2005). A origem do esporte está ligada às motivações da ação esportiva. Elas vêm da natureza e da cultura. Para esse autor, o esporte é um fenômeno biológico e não histórico. Em todos os momentos históricos, a natureza e a cultura coexistem ao criar um “instinto esportivo”, que para ele é a resultante da combinação do lúdico, do movimento e da luta (Eppensteiner *apud* Tubino, 2010).

A história do esporte pode registrar uma recordação esportiva, mas também explicar porque algumas coisas mudaram enquanto outras continuaram iguais (VAMPLEW, 2012). A História é uma ciência social interpretativa, com base empírica: a menos que exista alguma evidência do passado, não pode haver a história do esporte. Segundo Barros (2005), a *História Cultural* como campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, é particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento. A história depende da evidência, embora seja importante que historiadores questionem suas fontes para confirmar sua autenticidade e validade.

As noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as práticas não-discursivas).

O material visual nos ajuda a sentir como era o passado. Tanto o vídeo quanto a fotografia confirmam a existência do passado, sendo que o primeiro adiciona a dimensão do movimento, o corpo em ação como ponto central do esporte. Barros (2005), afirma que esta História Cultural no sentido de uma história da cultura que não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida. Vamplew (2012) salienta que a história trabalha com evidências que situam eventos e acontecimentos em seus devidos contextos, ajudando a esclarecer as forças ao seu redor.

Antes de tudo, convém lembrar que a nova História Cultural se tornou possível na moderna historiografia a partir de uma importante expansão de objetos historiográficos. Apenas para antecipar algumas possibilidades destes novos objetos, faremos notar que esta modalidade historiográfica se abre a estudos dos mais variados (BARROS, 2005). Ainda assim, é importante enfatizar que o conhecimento histórico é sempre provisório. Tirando os “fatos esportivos”, que mostram quem ganhou o que, onde e de quanto, não há verdades absolutas na história do esporte (VAMPLEW, 2012).

A memória pode ser entendida como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado (MATOS; SENNA, 2011). Existem dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória coletiva, “tem suporte em um conjunto de indivíduos, [...] que se lembram, enquanto membros do grupo”. Tais lembranças comuns se apoiam uma sobre a outra e não são as mesmas que aparecerão para cada indivíduo. Cada memória individual, por sua vez, “é um ponto de vista sobre a memória coletiva” que muda conforme o lugar que o indivíduo ocupou (Halbwachs, 1990 *apud* BEGOSSI; MAZO, 2015).

Segundo Schmidt e Mahfoud (1993), a memória coletiva é o trabalho que determinado grupo social realizam, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns, resultando em um modelo de acervo de lembranças compartilhadas. Já a memória individual pode ser compreendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais.

O sujeito participa de duas espécies de memórias, mas, ao participar de cada uma delas adota duas atitudes muito diferentes e mesmo contrárias, uma vez que, de um lado está vinculado a sua vida pessoal e, de outro, é capaz de se comportar,

simplesmente, enquanto membro de um grupo evocando lembranças impessoais (Halbwachs, 1990 *apud* BEGOSSI; MAZO, 2015).

A memória é um trabalho de reconhecimento e reconstrução. O primeiro nível de testemunho que o indivíduo acessa se dá em relação consigo mesmo, fazendo um confronto de duas visões, uma atual e outra de suas experiências vividas no passado ou com opiniões formadas anteriormente. Quando esta reconstrução é realizada de forma coletiva, o trabalho de memória pode ser entendido como um confronto dos diferentes pontos de vista. (Halbwachs, 1990 *apud* SCHMIDT; MAHFOUD, 1993)

Sendo assim, “a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. “Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais” (Portelli, 1997 *apud* SILVA; PEREIRA; MAZO, 2013).

2.1. Materiais e Métodos

Dentro do esporte Paralímpico, poucas modalidades conseguem ser tão inclusivas quanto o atletismo. O atletismo é disputado desde a primeira edição dos Jogos Paralímpicos, em Roma, no ano de 1960, com mais de trinta atletas em disputa de vinte e cinco eventos. Recentemente, no Rio de Janeiro, mais de mil atletas disputaram mais de trezentos e cinquenta eventos entre corridas, saltos, lançamentos e arremessos.

Dentre os participantes, os atletas com deficiência visual com maior comprometimento da visão podem ter o auxílio de um guia, que é ligado a eles por uma corda presa no pulso. Embora, o Atletismo passou a fazer parte do programa das Paralimpíadas na edição de 1960, em Roma, na Itália, a primeira participação brasileira ocorreu em 1972, em Heidelberg na Alemanha.

Atualmente, é mais comum se ouvir falar dos atletas Paralímpicos com deficiência visual, contudo, pouco se aborda sobre a importância do atleta guia, de modo que, o mesmo é imprescindível para realização da competição. Não menos

importante, pouco se encontra na literatura a respeito do atleta guia, sua trajetória dentro do esporte Paralímpico, motivações e aspectos gerais do ato de guiar.

A pesquisa foi realizada por meio da coleta de fontes impressas e fontes orais, além da revisão bibliográfica (revisão de literatura) sobre o tema. As fontes impressas são legislação esportiva, reportagens de jornais, revistas, documentos de entidades esportivas (federações, confederações, associações, Comitê Paralímpico Brasileiro).

A busca foi realizada entre os dias 27/06/2017 e 29/06/2017. Os resultados obtidos por meio de levantamento de dados nas bases de pesquisa mostram a escassez na produção de trabalhos. Procedeu-se a pesquisa em base de dados utilizando-se as seguintes palavras-chave: Atleta guia; Athlete guide; Athlete guide paralimpico; guide paralympic, Atleta guia paraolimpico, Atleta-guia paraolimpico, Atleta-guia cegos. Foram encontrados seis estudos, dos quais aparecem o atleta-guia. Contudo estes trabalhos não são sobre os atletas-guias. Os mesmos foram incluídos em explicação, esclarecimentos e no contexto sobre o atletismo para pessoas com deficiência visual.

Destes trabalhos encontrados, apenas três que colocam o atleta-guia como objeto de estudo. As fontes coletadas foram submetidas à técnica de análise documental. Os resultados obtidos são confrontados com a revisão bibliográfica e interpretados conforme o referencial teórico da História do Esporte Paralímpico. As fontes orais foram obtidas através da gravação de entrevistas com os atletas guias, bem como entrevistas com atletas deficientes visuais (cegos) que tem guias, as quais fazem parte do acervo do “Observatório do Esporte Paralímpico” do grupo NEHME/ESEFID/UFRGS. As entrevistas contemplaram questões relacionadas ao perfil do atleta-guia, aos motivos de ingresso e de permanência na função de guia e aos aspectos referentes ao treinamento do guia paralelamente aos treinos dos atletas com DV.

Devido ao difícil acesso dos nomes de atletas guias nas provas de fundo do time brasileiro, tive que fazer contato com o atleta Alex Pires, maratonista paraolímpico que representou o Brasil no Rio 2016. O mesmo também é atleta na Sogipa, na qual também faço parte, o que facilitou o processo. Após conseguir alguns nomes, o contato inicial foi feito via Facebook na terceira semana de março de 2017 e o primeiro registro de conversa na primeira semana de abril de 2017. O contato teve como objetivo fazer a primeira aproximação e uma prévia do convite.

Foi enviada uma parte do TCLE para padronizar a aproximação e formalizar o processo.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes do estudo

Nome*	Idade	Profissão	Tempo de atuação como AG*
Carlos Antonio dos Santos (nome real)	38 anos	Atleta, Atleta Guia e Personal Trainer	10 anos
Alex Luis Emiliavanca (nome real)	27 anos	Professor de Educação Física Escolar e Técnico de futebol de atletas surdos.	2 anos e meio

Legenda: Nome*: Nomes Fictícios; AG*: Atleta-guia

As entrevistas, que tiveram duração média de 48 minutos, foram transcritas na íntegra. Na sequência, as informações obtidas foram submetidas à técnica de análise documental, sendo confrontadas com a revisão bibliográfica e interpretados com base no referencial teórico da História do Esporte Paralímpico. Do procedimento de análise, emergiram as seguintes categorias: os motivos para ser um atleta-guia e; facilidades e dificuldades relacionadas ao treinamento do atleta-guia, as quais são apresentadas e discutidas no tópico que segue.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. História Do Esporte Adaptado

Segundo Brasil (2017); Costa e Sousa (2004) o esporte adaptado em nível internacional teve seu início com Ludwig Guttmann. Nascido em 1899 e com apenas 18 anos, se tornou enfermeiro voluntário em Hospital para acidentes com mineiros, onde visualizou um acidente no qual ficou impressionado. Neste mesmo hospital Guttmann começou a se interessar pelo caso de lesão nas costas e paralisia abaixo da cintura. Em 1918, com 19 anos Guttmann começou a estudar medicina na Polônia, se especializou em Neurologia e Neurocirurgia. Na década de 1930, já era diretor do hospital da cidade e reconhecido no país por seu trabalho, até que Adolph Hitler se tornou chanceler, em 1933. Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, o governo britânico decidiu se preparar para um contingente maior de soldados que certamente voltariam ao país. Para os feridos, seria organizada uma ala hospitalar especializada em lesões de medula, para funcionar em regime de prontidão (BRASIL, 2017). Araújo (1997) comenta que já existem relatos da prática desportiva anterior à segunda guerra, mas foram práticas isoladas e não tiveram continuidade.

Outra corrente, vinda dos Estados Unidos, utiliza o enfoque esportivo como forma de inserção social, dando a conotação competitiva utilizada pelo desporto. Essas correntes, no decorrer da história, cruzam-se formando objetivos comuns. Saindo do componente médico-terapêutico, se estendendo à incorporação da prática esportiva e do desporto de rendimento, procurando a integração do atleta e sua reabilitação social, como afirma Varela (1989 apud COSTA; SOUSA, 2004).

Em setembro de 1943, Guttmann foi convidado a dirigir essa ala, onde iria desenvolver métodos de tratamento para casos de paraplegia. A decisão foi por Stoke Mandeville e o médico assumiu seu posto em 1944 como diretor (BRASIL, 2017). Foi quando, além de começar a usar a fisioterapia no tratamento, Guttmann pensou também em usar o esporte para motivar esses pacientes, começando por arremessos de bola, para exercitar os membros superiores. Os reflexos da iniciativa produziram um aumento de resistência física e de autoestima. Como exemplo deste fato, o médico inglês começou por desenvolver a prática de desportos menos

dinâmicos (bilhar, setas, tiro com arco, entre outros), passando progressivamente a programar desportos mais competitivos e exigentes sob o ponto de vista físico, tais como o ténis e o basquetebol em cadeira de rodas (CLAIR, 2011). O objetivo da reabilitação dos soldados feridos em decorrência da guerra, naquele momento, era prioridade dos governos dos países envolvidos no conflito e também da classe científica. Os governos sentiam-se na obrigação de um amparo à sociedade, no sentido de fazer algo que se minimiza as consequências da guerra (ARAÚJO, 1997).

Lima (2007), afirma que o esporte e a prática regular de atividade física são instrumentos de desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida e, portanto, devem ser assegurados a todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, raça, condição social ou física. É um dos principais meios de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Costa e Sousa (2004) dizem que o trabalho de reabilitação buscou no esporte não apenas o valor terapêutico, mas também restabelecer novos meios, para uma maior interação destes indivíduos.

Um veterano da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que havia passado 26 anos na cama, em seis meses passou a andar apoiado em bengalas, com os novos métodos implantados por Guttmann. Entre esses métodos estavam, além da prática de exercícios físicos, o desenvolvimento de novos modelos de cadeiras de rodas (BRASIL, 2017). A prática de atividade física e/ou esportiva por pessoas com algum tipo de deficiência pode proporcionar, dentre todos os benefícios da prática regular de atividade física já conhecida, a oportunidade de testar limites e potencialidades e promover a inclusão social do indivíduo (LIMA, 2007). Face ao sucesso obtido nestas competições, Guttmann organizou em 1948 os primeiros Jogos Nacionais de Stoke Mandeville, em Inglaterra. Contando com a participação de 16 atletas na modalidade de tiro com arco, a competição foi realizada no dia da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, visando demonstrar publicamente o potencial e capacidade destes atletas (Brittain I (2010). *The Paralympic Games Explained*. New York: Routledge.). Dr. Guttmann, que passou a sonhar com a realização de uma olimpíada especial, onde reunir-se-iam milhares de deficientes em torno do esporte, em um acontecimento inimaginável, em um mundo que os consideravam vítimas infelizes e um peso para a sociedade (ARAÚJO, 1997)

Nos Jogos Olímpicos de Londres em 1948, o médico organizou competições de arco e flecha e basquete em cadeiras de rodas para seus 16 atletas (14 homens e duas mulheres) portadores de deficiências. Em 1952, esses Jogos de Stoke

Mandeville organizados por Guttmann já tinham caráter internacional, com mais de 130 inscritos. Em 1957 os jogos de Stoke Mandeville, em sua 6^o edição, passaram a contar com infra-estrutura bastante ampliada, devido ao empenho e dedicação do Dr. Guttmann, o que levou ao caráter de competição internacional no continente Europeu em 1958, começando a ser chamados de Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (ARAÚJO, 1997).

Ao longo dos anos, o desporto para pessoas com deficiência foi-se orientando para diferentes fins, desde objetivos reabilitativos e terapêuticos, até chegar à vertente competitiva e de alto rendimento que hoje alcança expressão máxima nos Jogos Paralímpicos (Brittain I (2010). *The Paralympic Games Explained*. New York: Routledge.). Os Jogos Paraolímpicos são o segundo acontecimento esportivo mundial em termos de duração e número de participantes, e podemos dizer que no momento representam, no nosso entendimento, o maior avanço na área da educação física adaptada (COSTA; SOUSA, 2004).

Em 1960, a competição iniciada por Guttmann foi disputada em Roma, na Itália, já com o nome de Jogos Paraolímpicos. Os Jogos Paralímpicos são a expressão máxima do desporto de alta competição entre as pessoas portadoras de deficiência (COSTA; SOUSA, 2004). Foram 400 inscritos, de 23 países, participando de oito esportes, dos quais seis seguem no programa Paralímpico até hoje (tênis de mesa, tiro com arco, basquete, natação, esgrima e atletismo) (BRASIL, 2017). Estes jogos foram um marco na história, pois representaram um ganho de espaço na sociedade, visto que, foram realizados nas mesmas instalações, com a denominação de Olimpíadas dos Portadores de Deficiência.

Em 1964 os jogos foram realizados em Tóquio, e contaram com as presenças do príncipe e da princesa do Japão no cerimonial de abertura. Participaram deste evento 450 atletas de 25 países. O termo paraolímpico começou a ser usado com fusão das palavras paraplegia e olímpico. As modalidades que fazem parte dos jogos, seja de participação individual, seja coletiva, são desportos de larga tradição competitiva, e coincidem com as modalidades olímpicas com as adaptações necessárias para propiciar a prática pelos portadores de deficiência. Neste ano surge a 2^o organização internacional para dirigir o desporto para deficientes, a -ISOD- (Internacional Sports Organization for the Disabled): Organização Internacional de Desporto para Deficientes (COSTA; SOUSA, 2004).

A palavra “paraolímpicos” deriva da preposição grega *para* (ao lado), ou *par*, e a palavra “olimpíadas”, do fato de os jogos paraolímpicos ocorrerem paralelamente aos Jogos Olímpicos (MAUERBERG-DECASTRO, 2005). O termo paraolímpico era originalmente um trocadilho combinando “paraplégico” e “olímpico”, porém com a inclusão de outros tipos de deficiência e em acordo com o Movimento Olímpico, a palavra agora representa “paralelo” e “olímpico” para ilustrar como os dois movimentos existem lado a lado (CIDADE, FREITAS, 2009 *apud* RECREIO NAS FÉRIAS E OS VALORES OLÍMPICOS).

BEDBROOK (1987 *apud* ARAÚJO, 1997) ressalta que, neste mesmo período, surge o nome Paraolímpico, que nunca foi adotado pelo comitê dos jogos de Stoke Mandeville, que mantém a realização dos jogos anualmente, com o nome de Stoke Mandeville Games. Esses jogos marcam também o início do apoio das Organizações Internacionais.

A cidade de Munique, na Alemanha, sediou os Jogos Olímpicos de 1972 e por problemas políticos, os Jogos Paraolímpicos não ocorreram no mesmo local. Também por problemas políticos as Olimpíadas do Canadá em 1976, ocorreram em Montreal e as Paraolimpíadas em Toronto. A partir de Seul estes jogos vêm sendo realizados no mesmo local das Olimpíadas. Isso mostra que o movimento se estabilizou enquanto movimento paralelo, e que os próximos países candidatos às Olimpíadas têm que prever este evento como uma extensão das Olimpíadas, para serem atendidos como sede dos Jogos Olímpicos (ARAÚJO, 1997). Costa e Sousa (2004) relatam que esses jogos marcam a inclusão dos atletas cegos e paralisados cerebrais em paraolimpíadas.

“Os jogos ocorriam de quatro em quatro anos, e eram exclusivos para atletas com lesão medular até 1976, quando nos jogos de Toronto, Canadá houve a inclusão dos atletas cegos e amputados (MARQUES et al., 2009)”.

Neste momento nota-se uma dificuldade de equivalência entre esporte Olímpico e Paraolímpico, presente em diversos momentos, mas muito notada em termos de organização e importância.

Em contrapartida, o esporte adaptado sempre buscou por espaço para o esporte Paraolímpico. Se por um lado faltava espaço, do outro existiram movimentos que auxiliaram, aprimoraram e organizaram o esporte Paraolímpico. WINNICK (1990

apud ARAÚJO, 1997), relata que, nesta mesma época, foi formada a Associação de Estados Americanos para atletas Cegos, (USABA) nos Estados Unidos, para promover competições atléticas em níveis regionais, nacionais e internacionais. Pode-se observar que o esporte adaptado começa a ganhar contornos de nível internacional, da mesma forma, com que, emergem diversas entidades organizadoras e regulamentadoras.

STROHKENDL (1996 *apud* ARAÚJO, 1997) estabelece um entendimento que a partir de 1980, este movimento entra em um processo de cientificidade, surge a necessidade de programar medidas que assegurassem as individualidades e a igualdades nas competições esportivas. Houve o desmembramento em organizações diferentes para cada deficiência e, até então, a International Sports Organization Disabled (ISOD) respondia por todas as áreas de deficiência.

Os cegos se organizaram através da International Blind Sports Association (IBSA) e os Paralisados Cerebrais através da International Sports and Recreation Association (CP-ISRA). Com o aprimoramento do esporte, começam a ocorrer desmembramentos das organizações. Estes desdobramentos têm por objetivo criar e estabelecer regras de acordo com cada deficiência e seu grau.

A partir da criação de organizações surgem mais adeptos ao esporte adaptado e conseqüentemente um maior número de participantes nas competições. Araújo (1997) relata que com o crescimento do número de participantes a cada evento realizado, a comissão organizadora dos Jogos Paraolímpicos sente necessidade de estabelecer uma nova configuração para a realização destes eventos. Foi fundado, então, em 1982, o Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes a nível Mundial (ICC). A mudança de ICC para IPC foi mais do que um nome apenas: era a mudança de uma filosofia, a busca de equiparação com o movimento Olímpico Internacional.

Em 1989, o IPC foi oficialmente criado e designado como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais para atletas com deficiências. Tinha como objetivo dar assistência na coordenação dos Jogos Paraolímpicos, assistência na coordenação e supervisão de Jogos Regionais, Mundiais e Campeonatos, como a única organização de múltiplas deficiências. Da mesma forma com que coordena o calendário de competições e auxiliando e encorajando programa de reabilitação com intuito educacional.

3.2. Esporte Paralímpico

O esporte adaptado é qualquer prática esportiva que tem suas regras, materiais e locais de realização modificados para atender pessoas que possuem algum tipo de deficiência (Araújo, 1997). O esporte para pessoas com deficiência, não se difere em seu objetivo e características do esporte de modo geral, ele apenas é constituído de adaptações realizadas de acordo com as limitações e potencialidades do indivíduo, com o propósito de oportunizar experiências com novos movimentos e novas vivências (MAUERBERG DE CASTRO, 2007). O esporte Paralímpico é entendido enquanto uma prática adaptada para pessoas com deficiência, que faz parte do programa dos Jogos Paralímpicos (Parsons; Winckler, 2012). Ressaltamos, portanto, que atualmente nem todo esporte adaptado é Paralímpico como, por exemplo, o handebol em cadeira de rodas.

A palavra para (olimpíadas) vem do grego e quer dizer com paralelo, ou seja, de paralelo com as olimpíadas. O termo paraolimpíada foi utilizado inicialmente por uma paraplégica, Alice Hunter, que escreveu um artigo para um jornal, descrevendo a sua história no esporte. O artigo foi intitulado “Alice nas paraolimpíadas”. Na época o termo foi associado a paraplegia e adotado para a definição de paraolimpíadas (MAUERBERG-DE CASTRO, 2007). O esporte paraolímpico é um esporte de alto nível, praticado por pessoas com deficiência, seja congênita ou adquirida que viram no esporte uma oportunidade de realização profissional (PARREIRAS, 2008).

O esporte paraolímpico então se configura como a prática esportiva realizada por pessoas com deficiência, não significando necessariamente que esteja relacionado apenas ao contexto de alto nível, ou seja, as paraolimpíadas. Dessa forma, entende-se por esporte de alto nível, a busca do rendimento máximo, ou seja, do melhor desempenho do ser humano atleta. Máximo no que diz respeito ao ponto de vista biofísico, psicológico e sociológico o que torna o esporte de alto nível mais seletivo, oferecendo oportunidades a um número reduzido de participantes, no caso pessoas com deficiência (BARROS, 1993).

3.3. Atletismo Paralímpico

O Atletismo Paralímpico é uma modalidade que faz parte dos Jogos Paraolímpicos desde 1960 em Roma, do qual, participaram homens e mulheres com diferentes deficiências (LIMA, 2007). De acordo com Veríssimo, Ravache, (2006), o atletismo é hoje o esporte mais praticado nos mais de 70 países filiados à Federação Internacional de Desportos para Cegos (IBSA). Além dos Jogos Paraolímpicos, fazem parte de seu calendário maratonas, jogos mundiais e campeonatos mundiais para jovens. Um dos grandes fatores de difusão da modalidade é o fácil acesso e a naturalidade dos movimentos, já que correr, saltar, lançar e arremessar são atividades inerentes à sobrevivência do homem.

O atletismo para deficientes visuais é constituído basicamente por todas as provas que compõem as regras oficiais da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), com exceção de salto com vara, lançamento do martelo, corridas com barreira e obstáculos (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006). Em algumas modalidades do esporte para deficientes visuais existem adaptações diferentes em relação a outras deficiências, tais como uso da venda, no atletismo, alguns atletas podem fazer uso de um atleta guia. (CARDOSO; GAYA, 2014).

Na Deficiência Visual a classificação é determinada pela International Blind Sports Association (IBSA), a classificação é realizada de acordo com os parâmetros funcionais da acuidade visual e do campo visual, e são classificados em: B1 - Cegueira Total, incapacitando o reconhecimento de objetos ou contornos. (CARDOSO, GAYA, 2014; KHALILI, 2004). As provas são divididas por grau de deficiência visual (B1, B2 e B3) e as regras são adaptadas para os atletas B1 e B2. Para esses, é permitido o uso de sinais sonoros e de um guia, que corre junto com o competidor para orientá-lo.

Eles são unidos por uma corda presa às mãos, e o atleta deve estar sempre à frente. As modalidades para os competidores B3 seguem as mesmas regras do atletismo regular. Nas provas de atletismo regidas pelo *International Paralympic Committee* (IPC), os atletas portadores de deficiência visual das classes B1, B2, B3 recebem respectivamente, nas provas de pista, a classificação de T10, T11, T12 e, nas provas de campo, F10, F11, F12 (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

3.4. Atleta com deficiência visual

O indivíduo com deficiência visual é uma pessoa normal, que não enxerga ou possui visão reduzida, ou seja, nenhuma outra defasagem lhe é naturalmente inerente. A pessoa cega é uma pessoa normal desde que não possua nenhuma outra deficiência congênita ou adquirida. (CONDE, 1995 *apud*. VERÍSSIMO; RAVACHE, 2006). A deficiência visual abrange uma série de condições que vão desde a cegueira total, na qual o indivíduo não enxerga praticamente nada, nem mesmo a luz, até a baixa visão, que tem uma gama imensa de possibilidades (PEREZ, 2008).

A cegueira pode ser subdividida em cegueira total e cegueira parcial. A cegueira total é a completa perda da visão. Nesse caso, considera-se que a visão é nula, sendo também chamada de “visão zero”. Na cegueira total, não possível distinguir nem mesmo a luz. A cegueira parcial se refere à situação de acuidade visual corrigida nos dois olhos que é igual ou inferior a 0.1, bem como aos portadores de campo visual tubular (ou de visão “em túnel”) restrito a 20 graus ou menos. Pessoas que só percebem vultos, a curta distância, se enquadrariam no que se conceitua como cegueira parcial. (SOUZA, 2006)

A classificação funcional consiste em uma categorização recebida pelos atletas em função da capacidade de realizar movimentos, tendo em evidência as potencialidades dos resíduos musculares, de sequelas de algum tipo de deficiência, bem como de musculatura que não foi lesada (XAVIER; ALMEIDA, 2010). O objetivo da classificação funcional é legitimar a participação do atleta. A classificação utilizada no esporte paralímpico constitui-se em um nivelamento entre os aspectos da capacidade física e competitiva, colocando as deficiências semelhantes em um grupo determinado (FREITAS, 2005 *apud* CARDOSO; GAYA, 2014). A classificação é feita de acordo com o grau de deficiência, de forma que haja equilíbrio e homogeneidade de disputa na competição. As provas dividem-se em quatro grandes grupos: corridas, saltos, lançamentos, pentatlo e maratona (COSTA; SOUSA, 2004; LIMA, 2007).

Os responsáveis pela classificação analisam o desempenho do atleta, considerando os resultados obtidos nos testes (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006; XAVIER, ALMEIDA, 2010). Perez (2008) cita em seu trabalho que todas as

classificações para deficiência visual deverão considerar ambos os olhos com a melhor correção, ou seja, todos os atletas que usarem lente de contato ou lente corretiva deverão usá-las para classificação, mesmo que pretendam usá-las ou não para competir.

A classificação dos atletas cegos é determinada pela International Blind Sports Association (IBSA), a classificação é realizada de acordo com os parâmetros funcionais da acuidade visual e do campo visual, e são classificados em: B1 - Cegueira Total, incapacitando o reconhecimento de objetos ou contornos; B2 - Limitação no campo visual em 5° ou acuidade visual de 2/60; B3 - Limitação no campo visual entre 5° e 60° ou acuidade visual entre 2/60 a 6/60 (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006; MAUERBERG-DECASTRO, 2007; LIMA, 2007; PEREZ, 2008; FELIPETTO, 2012; CARDOSO, GAYA, 2014; KHALILI, 2004). Todas as classes considerando o melhor olho, com a melhor correção, ou seja, todos os atletas que utilizem lentes de contato ou lentes corretivas deverão usá-las para enquadramento nas classes que pretendam competir usando-as ou não (FELIPETTO, 2012; LIMA, 2007).

Conforme Filho *et al.* (2004), o atletismo para pessoas com deficiência visual segue a mesma lógica do esporte convencional. No entanto, suas regras são alteradas somente para possibilitar a participação das pessoas que não recebem ou recebem de maneira muito limitada as informações visuais. Os atletas com deficiência física e visual, de ambos os sexos, podem participar da modalidade. As provas são de acordo com a deficiência dos participantes e dividem-se em corridas, saltos, lançamentos e arremessos. Dependendo do grau de deficiência visual, nas provas de pista (corridas), o atleta pode ser acompanhado por um atleta-guia, que corre ao seu lado ligado por uma corda (XAVIER; ALMEIDA, 2010).

As provas são divididas por grau de deficiência visual (B1, B2 e B3) e as regras são adaptadas para os atletas B1 e B2. Para esses, é permitido o uso de sinais sonoros e de um guia, que corre junto com o competidor para orientá-lo e possuem direito de correr em duas raias, unidos por uma guia de 5 a 50 cm, mas estará impedido de dar orientações técnicas e de pronunciar palavras de motivação aos atletas deficientes visuais. As modalidades para os competidores B3 seguem as mesmas regras do atletismo regular (FELIPETTO, 2012; COSTA, SOUSA, 2004).

Segundo Figueiredo (2013), durante o decorrer da prática esportiva, mais especificamente no atletismo Paralímpico, relatos de atletas com deficiência visual

indicam que, tanto em situações de treinamento como de competições, existe uma possível diminuição no rendimento físico por conta de restrições nas suas capacidades de percepção espacial. No esporte de alto rendimento, pequenos avanços no desempenho de um atleta podem ocasionar mudanças significativas nas suas metas esportivas. Atletas ajustam precisamente seus parâmetros em relação aos estímulos percebidos do ambiente para garantir boa adaptação e melhora na precisão e desempenho (MORAES; MAUERBERG-DECASTRO; SCHULLER, 2000; *apud* FIGUEIREDO, 2013).

Segundo os autores Filho et al. (2004), como em todos os processos de aprendizagem de pessoas com deficiência visual, inicialmente o reconhecimento do ambiente é essencial. Para isso, pode ser (ou não) necessária a utilização de estímulos táteis, olfativos, sonoros — ou verbais — e/ou luminosos, chegando até a utilização de guias, conforme a prática esportiva, bem como respeitando as necessidades individuais que limitam as classes visuais.

Para exemplificar essas situações de restrições nas capacidades de percepção espacial, utilizamos de um simples exemplo da prática no esporte: uma pista de atletismo tem um formato oval e, geralmente o atleta com deficiência visual mesmo sendo guiado por um atleta-guia acaba se desorientando logo após a saída das retas que compõem a pista. Essa desorientação muitas vezes pode ser sutil e, no caso do atleta que faz o uso de um guia, pode ser corrigida. Porém, em casos onde essa desorientação não é eficientemente corrigida, o resultado final esperado do atleta pode resultar em desempenho insatisfatório, dado que as condições físicas permitiriam sucesso na prova (FIGUEIREDO, 2013).

3.5. Atleta-Guia

No atletismo adaptado para atletas deficientes visuais, os atletas B1 e B2 possuem direito de correr em duas raias, unidos por uma guia de 5 a 50 cm, ao atleta-guia. O atleta-guia poderá passar instruções de colocação e posição nas raias para o atleta, mas estará impedido de dar orientações técnicas e de pronunciar palavras de motivação aos atletas deficientes visuais (IBSA, 2007 *apud* FELIPETTO, 2012). Conforme as regras da IBSA 2005-2009, o guia é um atleta que enxerga

normalmente e que corre ao lado do deficiente visual (nunca na sua frente), dando-lhe coordenadas para evitar que ele invada a raia de outro competidor.

A prática esportiva de atletas com deficiência visual e de seu guia tem chamado a atenção de diversas formas, principalmente em corridas de longas distâncias, onde um atleta necessita de treinamento intenso, muita técnica e preparação (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2007 *apud* PEREZ, 2008). O guia nas corridas é o olho do atleta, sendo-lhe permitida a comunicação verbal e física com o atleta. Ser guia requer um elevado nível de profissionalismo, mesmo quando trabalha como voluntário. Como guia, deve não só ter condutas pessoais e profissionais de qualidade, mas também viver de acordo com elas. (VERÍSSIMO, RAVACHE, 2006).

Segundo Perez (2008), para correr, a pessoa com deficiência visual precisa de um guia que fica responsável pela orientação do atleta quanto à posição de saída, bem como à condução ao longo do percurso, em que eles devem estar lado a lado. Para guia-lo dá a devida noção de espaço e orienta quanto a eventuais obstáculos, como buracos, lombadas, pessoas e outros objetos que possam causar quebra no rendimento. A função do atleta-guia é direcionar o atleta com deficiência, mas não deve puxá-lo, pois isso pode resultar em desclassificação (XAVIER; ALMEIDA, 2010). Os guias, devido ao trabalho que desempenham na preparação dos atletas, representam um papel importante na performance final do seu atleta. Sua conduta, aparência pessoal, sua personalidade, seus conhecimentos técnicos, devem corresponder às necessidades dos atletas. Isto sempre irá refletir na confiança que o atleta deposita em seu guia.

O perfil psicológico não só do atleta, mas também do guia, é muito importante e características como a motivação, autoestima, capacidade de superar frustrações, desenvolvimento da percepção, emoção e concentração, bem como a busca de qualidade de vida de um modo geral são também relevantes. (COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2007). O trabalho de guia de atletas com deficiência visual é, em geral, desenvolvido por pessoas que, sendo atletas, ou tendo interesse em se dedicar a isso, propõem-se a ser voluntários (PEREZ, 2008). Segundo os atletas, um dos principais problemas dos atletas cegos para a prática do atletismo é a disponibilidade de atletas-guia, sendo que os guias geralmente não participam dos treinamentos e, em alguns casos, são conhecidos somente no momento da prova (FELIPETTO, 2012).

Para que isto aconteça, é necessário que ele transmita calma e segurança para o atleta e o domínio da situação e das regras. Deve estar integrado no movimento do paradesporto. A atividade do guia inicia já nos treinamentos e não apenas na competição. Ele deve estar presente no dia-a-dia dos atletas e possuir conhecimentos das técnicas do esporte. Andrade (2017), ressalta que no atletismo paralímpico, o paratleta é ligado ao seu guia pelo braço, que não pode ser puxado, sob pena de desclassificação. Dentro das técnicas para conduzir o atleta, será permitida a utilização de cordas guias, a condução pelo braço ou pelo uniforme do atleta. No entanto, não é permitido ao guia puxar, empurrar ou propelir o atleta na busca de uma vantagem sobre os outros competidores.

O atleta-guia tem grande importância no esporte e como forma de reconhecimento, segundo Andrade (2017) foi a partir dos Jogos Parapan-Americanos de Guadalajara (México), em 2011, os atletas-guia foram reconhecidos e passaram também receber medalhas e subir ao pódio. A troca de guias pode ocorrer nas provas com distância acima de 400m. A troca deverá ser notificada à arbitragem antes da largada da prova e a substituição se dará no local designado pela arbitragem, de modo com que, não prejudique os demais competidores. Será permitida apenas uma substituição. Exceção será feita na maratona, onde podem ocorrer três trocas de guias nos quilômetros 10, 20 e 30. O guia não é um competidor, ele é parte de uma equipe na competição.

4. RESULTADOS

A partir das entrevistas realizadas e da revisão de literatura, tendo como categorias de análise o perfil do atleta-guia, motivação e treinamento.

4.1. Perfil do Atleta-Guia

O início do esporte do AG1 profissional se deu através de uma recomendação médica para a prática de corrida “*O médico pediu que eu corresse para fortalecer meu joelho*”. Com a prática da corrida e sua rápida evolução, seus amigos começaram a visualizar talentos para tal prática “*Fiz um treino com ele um*

dia e ele achou que eu tinha talento para correr". Em competições de corrida de rua começa a disputar os primeiros lugares em sua categoria e com isso se motiva a continuar *"Como morava no sítio e trabalhava na roça, eu achei uma maneira de ganhar um pouquinho a mais no final do mês"*. O atleta iniciou na corrida como intuito fisioterápico, mas com o andamento do processo descobriu que tinha uma boa disposição para o esporte, começou a treinar pelo prazer da corrida, mas também por uma ajuda financeira que o esporte gerava.

O AG 2, relata que sua inserção no mundo esportivo da corrida foi através de um projeto que havia na Universidade Federal de Passo Fundo – UPF. *"Ali no projeto eu comecei a trabalhar com os deficientes visuais"*. Comenta que naquele momento despertou seu interesse pela corrida. O AG2 já era praticante de corrida, contudo, sentiu a motivação necessária para prosseguir na modalidade. Sua inserção foi através do convite de um atleta cego que conheceu o AG2 em uma prática de bicicleta adaptada em um projeto na UPF. O atleta fala *"Estou precisando de um guia. Eu nunca tenho um guia fixo"*. Após o aceite do convite e da primeira participação em provas de corrida, o AG2 compete como atleta e como guia. Juntamente com a corrida entrou no mundo como técnico de futsal de surdos.

A partir das entrevistas e citações acima descritas, podemos perceber grande semelhança nas iniciações esportivas. Tanto AG1, como o AG2, foram pessoas que começaram no esporte por outros motivos diferentes do de ser um atleta-guia e foram como voluntários. Um dos fatores de adesão pela corrida como atleta individual por parte do AG1 também está relacionada a parte financeira, pois como o entrevistado relata, era uma possibilidade de obter-se mais recursos financeiros.

A questão de voluntariado se encontra com um estudo feito por Perez (2008), *"O trabalho de guia de atletas com deficiência visual é, em geral, desenvolvido por pessoas que, sendo atletas, ou tendo interesse em se dedicar a isso, propõem-se a ser voluntários."*

O trabalho voluntário é toda ou qualquer ação que uma pessoa presta sem fim lucrativo, nela é dedicado tempo, esforço e lealdade (CALDERÓN, 2011). Podemos perceber após as entrevistas que em nenhum caso o indivíduo procura um local ou atleta para guiar. O indivíduo começa a guiar através de outras práticas e principalmente pelo convite do atleta.

4.2. Motivação do Atleta-Guia

Primeiramente o atleta explica que não houve um grande motivo para ser atleta-guia, simplesmente ele conhecia o atleta que o convidou e aceitou o convite, mas um fator que achou interessante era a oportunidade de viajar para competir “*Se eu desse conta do recado entre aspas, de conseguir fazer o que ele tinha me proposto, correr de cara e já viajar para China, então eu falei, vou abraçar a causa*”.

A questão de ser convidado vai ao encontro aos resultados de Peres (2008), na categoria de análise denominada “*Consciência dos guias acerca da motivação para seu trabalho*”. Em seu trabalho alguns dos guias entrevistados também relatam que sua motivação inicial foi o convite de um amigo para começar a correr. AG1 comenta que depois de tempo sendo atleta-guia, a pessoa acaba se identificando e se acostumando com a situação de guiar e depois de certo momento o que move o indivíduo é a vontade, mas também o lado financeiro

“Eu passei a fazer por gosto mesmo, tá certo que tem o lado financeiro, que ajuda, vocês tem o seu salário, seus compromissos também, seus deveres, mas assim, com o tempo, depois que eu comecei a guiar o Odair e tudo, foi mais assim, de ver que eu levo jeito para aquilo.”

AG1

O AG2 comenta que os motivos que o levaram ao esporte de forma individual foram que além de gostar da área do atletismo que segundo ele, desenvolve a aptidão física, considera importante como qualidade de vida, “*Tu começa a praticar e começa a se sentir bem*”. Diz o AG2, que o grande problema do atleta é ter um guia fixo. A mudança de guia gera alguns desconfortos tanto para o guia, tanto para o atleta, como a comunicação, insegurança. A explanação do AG2 vai de encontro com um relato encontra no trabalho de Benfica (2012).

“Olha, a maior dificuldade é de você encontrar profissional capacitado pra trabalhar, que queira trabalhar, que se dedique, que faça com amor, que faça com carinho. Não só pelo dinheiro. Então assim, o mais difícil é isso.” Benfica (2012).

A barreira limitante é financeira, pois muitas vezes o guia não tem tempo e condições financeiras para conseguir se dedicar ao atleta. Já como guia, AG2 relata que basicamente o que o motivou foi à necessidade e escassez de pessoas que guiassem, “*É uma questão pessoal, tu não vai ganhar nada. Ninguém quer se*

disponibilizar a correr em um final de semana". Peres (2008), ao entrevistar atletas-guia, encontrou respostas semelhantes em relação ao sentimento despertado pelo ato de guiar: *"a vontade de ajudar vem de foro íntimo é uma forma individual de ter uma atuação social"* (PERES, 2008, p. 41).

Segundo Noce e Salmulski, (2002), *"a motivação é caracterizada como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos)"*. Com os relatos desta categoria, pode-se visualizar uma motivação inicial semelhante entre AG1 e AG2, a vontade de ajudar o atleta cego, o que se pode chamar de motivação intrínseca.

Contudo, no decorrer do percurso, alguns fatores começam a se distanciar. AG1 enxerga o atleta-guia também como possibilidade de ascensão e como ele mesmo relata uma possibilidade de poder viajar, no qual podemos caracterizar com um fator extrínseco.

4.3. Treinamento do Guia

Na entrevista o AG1 comenta que necessita treinar muito e fundamentalmente uma estrutura que suporte esses treinamentos. Atualmente AG1 diz que têm uma boa estrutura, com profissionais adequados para os atletas e conseqüentemente para o guia. Pois a estrutura que o atleta tem, também beneficia o guia. *"Em São Paulo tem um centro Paralímpico de treinamento que saiu agora, tem uma estrutura imensa, é fisioterapeuta, é médico, é testes sempre. A estrutura que envolve todo preparo do atleta também de certo modo respalda no guia"*. O atleta comenta que o treinamento é bem volumoso e que a estrutura fornecida lhes dá condição de disputar de igual para igual com outros atletas e que talvez esse seja um dos motivos pelo qual o Brasil se destaca. *"Muitas pessoas ainda não perceberam que o atleta deficiente visual e o guia são uma só pessoa, não adianta eles quererem fazer uma distinção"*.

Encontramos resultados semelhantes, no qual os atletas cegos entrevistados evidenciam a necessidade de disponibilidade temporal para a realização de treino específico para a maratona *"Eu treino todos os dias, umas três horas de manhã, outras três à tarde, depende... Treino sempre assim todo o ano."* (SOUSA, 2014)

AG1 enaltece que o guia tem grande papel antes e durante as competições, demonstrando confiança e positividade. Esta frase corrobora com outros estudos, como de Perez (2008), onde descreve que o guia é responsável pela orientação, sendo necessária a confiança do atleta. Tais fatores também são semelhantes a outros trabalhos, como Comitê Paraolímpico Brasileiro (2007), relatando que o perfil psicológico do guia também é importante, características como capacidade de superar frustrações, desenvolvimento da percepção influenciaram o atleta. E conforme o AG2, na categoria de análise motivação a comunicação e segurança são fatores importantes. Não somente a parte psicológica, mas o guia também exerce papel fundamental antes conforme Benfica (2012), *“O guia é muito importante no treino e na competição. Quando consigo treinar com guias, treino sempre mais e com melhor qualidade no que sozinho.”*

Em certos casos a situação física do guia não é tão favorável como o recomendado, mas mesmo assim, é necessário transmitir a confiança ao atleta.

“Ser guia não é apenas correr do lado do atleta, tem aquele lado de você ter uma amizade, de você conversar, saber se colocar do lado do atleta, passar confiança para o atleta”.

AG1

AG2 relata que normalmente eles treinam juntos no campo do quartel em Passo Fundo, neste local o treinamento é mais direcionado à velocidade e alguns treinos de ritmo *“A gente treina lá só para dar uns tirinhos, para girar quando é necessário, uma vez por semana a duas”*. O guia ainda comenta que ocorrem treinos na UPF duas vezes por semana com alguns treinos de velocidade. Ainda relata que aproveitam determinados dias da semana para fazer o treino de velocidade e posteriormente um treinamento com bicicleta. Esta fala do AG2 se assemelha muito a dados encontrados na literatura. Feliciano (2017), relata em seu trabalho que existem diversos problemas urbanísticos que impossibilitam o atleta com deficiência visual de executar seu esporte. As principais barreiras mencionadas são as ruas sem acessibilidade, buracos, calçadas estreitas dentre outros fatores.

Um dos grandes problemas relatados é a questão de disponibilidade de tempo do guia e do atleta, para que se possa executar o treinamento. *“Outra questão é que as vezes eu não posso ir. Quando eu não vou, ele se guia com um pedacinho de vareta e árvore”*. Um dos problemas relatados é a falta de consciência dos outros usuários da pista em relação ao atleta, quando o mesmo treina sozinho

“A deficiência ainda é muito jovem no Brasil”. Em seu trabalho Feliciano (2017), descreve os problemas atitudinais do restante de competidores, corredores não respeitaram a largada antecipada das pessoas com deficiência, comentários piedosos. Fato semelhante é evidenciado por Benfica (2012), no qual aborda as dificuldades de acessibilidade as barreiras impostas e vivenciadas pelo atleta com deficiência visual constantemente.

O fato de treinar sozinho gera insegurança, preocupação e até mesmo dificuldades de dormir, devido a ansiedade (FELICIANO, 2017).

“Frutos do desconhecimento, do desrespeito e da ausência de políticas públicas efetivas, o preconceito e a falta de acessibilidade também são barreiras sociais que em um, ou vários momentos, prejudicaram a circulação e a atuação plena dos atletas com deficiência na sociedade e nos diversos ambientes esportivos” (BENFICA, 2012, p. 69).

Quando questionado sobre questões de apoio e patrocínio, o AG2 que é difícil.

“Eu vou atrás de treinamento. Tentei conversar com grupos de corrida, falei com academias para dar um auxílio, não cobrar muita taxa, mas é muito difícil, o pessoal visa o lucro”. Ainda relata que eles não treinador e acabam treinando a partir de ajuda de amigos. Este fato também é evidenciado por Benfica (2012) e Brazuna e Castro (2001), no qual relatam a dificuldade financeira e falta de patrocínios.

Nesta categoria percebemos total antagonismo entre o aspecto treinamento do AG1 e AG2. Enquanto AG1 têm uma boa estrutura, contando com bons profissionais e local adequado para treinamento. Mas um dos fatores principais é a questão de tempo e disponibilidade para treinamento. O indivíduo sendo apenas guia, consegue treinar sempre com o atleta e isso influenciará no desempenho.

De maneira diferente ocorre o treinamento de AG2, que exerce outras funções e não tem disponibilidade para ser apenas guia. Desta forma o treinamento é prejudicado pela falta de tempo. A falta de treinamento acarreta na falta de coordenação com o estilo de corrida, ritmo, bem como volume de treino. Dados semelhantes são encontrados no trabalho de Peres (2008), em que grande parte dos seus entrevistados relata a importância do treinamento, pois existe um problema muito grande vinculado ao sincronismo de passadas e coordenação dos braços.

“Observa-se que essencialmente, o trabalho de guias pressupõe uma capacidade de entrega de tal ordem, que deve ser coreografada junto a seu guiado uma perfeita harmonia de corpos em movimento, pressupondo uma refinadíssima capacidade de disciplina, entrega e detecção das necessidades do atleta com deficiência visual por parte de seu guia” (PEREZ, 2008, p. 54).

Outros fatores, como local, distância entre o atleta e o local de treinamento, falta de patrocínios e conscientizam por parte dos demais, aparecem como empecilho e barreiras para o desenvolvimento e aprimoramento da prática esportiva da corrida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou descrever o percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo. Com este intuito foram feitas entrevistas pelo Facebook e Skype, pois os entrevistados residem em locais distante do entrevistador. A partir do presente trabalho, fica clara a escassez de produções que convergem para o atleta guia de modo com que, o mesmo sempre é vinculado aos estudos de atletas com deficiência visual. Este trabalho tem por objetivo dar início a pesquisas em que o atleta-guia seja protagonista, criador de sua própria história e identidade.

O perfil do atleta guia tanto no âmbito profissional, quanto amador, demonstrou ser totalmente ao acaso, um dos entrevistados iniciou a corrida por recomendação médica, enquanto o segundo entrevistado, o qual trabalhava com atletas surdos, ao acaso conheceu o atleta cego, do qual começou a guiar. O trabalho voluntário foi fator preponderante, independentemente de ser profissional ou amador.

Dentro dos fatores motivacionais pode-se observar, que o início do ato de guiar se dá através de convite, por um amigo ou por proximidade. Por parte do guia de caráter profissional, despertou a expectativa e interesse em viagens e no esporte de alto rendimento. Enquanto que, o guia de caráter amador prosseguiu guiando pelo sentido estrito de auxiliar, ressaltando que a dedicação só não é ainda maior devido à fatores financeiros.

Em relação ao treinamento da dupla atleta com DV e atleta guia, a diferença se torna um tanto quanto grande. Os profissionais dispõem de uma estrutura, um equipe multidisciplinar e local apropriado para o treinamento e aperfeiçoamento. Já os amadores, não possuem nenhuma condição favorável a não ser, a simples vontade de melhorar. Sem local, treinador ou qualquer profissional para auxiliar, o treinamento dos amadores ocorre sem programação e planejamento, devido a falta de disponibilidade e horários livres em comum.

Durante a história do atleta guia, percebe-se uma grande evolução. Desde o reconhecimento de sua importância, premiação no pódio juntamente ao atleta com DV até premiações e bolsas para dedicação ao esporte. O atleta guia é

indispensável, e desta forma, deve ser considerado e condecorado com a mesma legitimidade que o atleta com DV.

Espera-se que com esse trabalho se possa contribuir para o conhecimento e visibilidade destes atletas que são imprescindíveis para os atletas com DV, pois são os olhos dos mesmos, da mesma forma com que, sirva de subsídio para futuras pesquisas neste campo esportivo e histórico. Sugerem-se novas e mais profundas pesquisas sobre o esporte e o atletismo Paralímpico para atletas com deficiência visual.

Devido aos poucos trabalhos encontrados na literatura, este trabalho apresenta algumas carências e limitações em suas referências e conseqüentemente na pesquisa como um todo. Assim, espera-se que os resultados supracitados possam ser utilizados em futuras pesquisas sobre o assunto, possibilitando avanços no conhecimento entorno deste personagem do esporte Paralímpico.

6. REFERÊNCIAS

A ORIGEM e história das parolimpiadas. Disponível em: <<http://www.blogstartsports.com.br/a-origem-e-historia-das-paralimpiadas/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDRADE, Juliana (Ed.). **Atletas-guia se superam para acompanhar ritmo de campeões paralímpicos**. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-09/atletas-guia-se-superam-para-acompanhar-ritmo-de-campeoes-paralimpicos>>. Acesso em: 24 maio 2017.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no brasil: Origem, institucionalização e atualidade**. 1997. 152 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

AZEVEDO, Paulo Henrique de; BARROS, Jonatas de França. **O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência**. Revista Brasileira de Ciencia e Movimento, Brasília, v. 12, n. 1, p.77-84, 18 dez. 2003.

BARDIN, L. (2000). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BARROS, J. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BARROS, J.M.C. (1993). Recursos humanos no esporte de alto nível. In: Anais: Simpósio esporte: dimensões sociológicas e políticas. (p. 143-5), E.F.E. USP, Departamento de Esportes.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos, DHI/PPH/UEM**, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, K.S. Recortes da transição na carreira esportiva. **Revista Brasileira de psicologia do esporte [online]**, v.2, n.1, p. 01-27, 2008.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. **AS ATLETAS PIONEIRAS NO CENÁRIO PARALÍMPICO SUL-RIO-GRANDENSE: nuances de uma prática esportiva**. 2015. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BENFICA, Dallila Tamara. **Esporte Paralímpico: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BRASIL. COMITÊ PARAOLÍMPICO INTERNACIONAL. . **História**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/historia>>. Acesso em: 24 maio 2017.

BRAZUNA, M. R; MAUERBERG-DECASTRO, E. A Trajetória do Atleta Portador de Deficiência Física no esporte Adaptado de Rendimento. Uma Revisão da Literatura. **Motriz**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001. Jul-dez.

Brittain I (2010). *The Paralympic Games Explained*. New York: Routledge.

Calderón, Patricia Asunción Loaiza, et al. "A Importância do Voluntariado para Exercitar a Responsabilidade Social nas Empresas."

CARDOSO, Vinicius Denardin; GAYA, Adroaldo Cesar. A Classificação Funcional no Esporte Paralímpico. **Conexões**, Campinas, v. 12, n. 2, p.132-146, abr. 2014.

CLAIR, Jill M. Le. Transformed identity: from disabled person to global Paralympian. **Sport In Society**, [s.l.], v. 14, n. 9, p.1116-1130, nov. 2011. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17430437.2011.614768>.

CONGRESSO PARALÍMPICO BRASILEIRO E CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 2012, Natal. **Anais do III Congresso Paralímpico Brasileiro e II Congresso Paradesportivo Internacional**. Natal: Editora, 2012. 492 p.

CONGRESSO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO E CONGRESSO PARAOLÍMPICO INTERNACIONAL, 2011, Uberlândia. **Anais do II Congresso Paraolímpico Brasileiro e I Congresso Paraolímpico Internacional**. Uberlândia: Editora, 2011. 329 p.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação Física e Esporte Adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século xxi. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p.27-42, maio 2004.

EPPENSTEINER, F. El origen del deporte. In: **Citius, Altius e Fortius**. Madri, XV,259-272, 1973.

FELICIANO, Jéssica Dias. **Acessibilidade nas corridas de rua: Barreiras percebidas pelas pessoas com deficiência visual**. 2017. 88 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FELIPETTO, Henrique dos Santos. **Sistema de auxílio à navegação com monitoramento e orientação remota adaptado para o treinamento de atletas cegos em pista de atletismo**. 2012. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Tecnologia em Geoprocessamento, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FIGUEIREDO, Gabriella Andreetta. **Indução ao esforço e seus efeitos em parâmetros da percepção espacial de indivíduos atletas deficientes visuais e não deficientes**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Biodinâmica da Motricidade Humana, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista —júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

FILHO, C. W. O.; MATSUI, R.; CARVALHO, A. J. S.; ALMEIDA, J. J. G. A iniciação no atletismo para pessoas cegas e com baixa visão. *Revista Digital - Buenos Aires - Ano 10 – n. 75 - Agosto de 2004*. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 12 jul 2017.

HOWE, P. D.. From Inside the Newsroom: Paralympic Media and the `Production' of Elite Disability. **International Review For The Sociology Of Sport**, v. 43, n. 2, p.135-150, 1 jun. 2008. SAGE Publications.

I CONGRESSO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO, 2010, Campinas. **Anais do Congresso Paraolímpico Brasileiro**. Campinas: Editora, 2010. 86 p.

IDENTIDADE E DEFICIENCIA

KHALILI, M. A. Quantitative sports and functional classification (QSFC) for disabled

LIMA, Edilene José Esteves; SOUZA SOBRINHO, Pedro Américo de. **Atletismo paraolímpico: Uma opção de conteúdo para inclusão de pessoas com deficiência física e visual no programa esporte esperança / segundo tempo**. 2007. 52 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Esporte Escolar, Universidade de Brasília, Belo Horizonte, 2007.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues et al. A abordagem mediática sobre o desporto paralímpico: perspectivas de atletas portugueses. **Motricidade**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, p.123-147, 2015.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como Fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p.95-108, Não é um mês valido! 2011.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. *Atividade Física Adaptada*. 2. ed. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2007. 555p.

PARREIRAS, Lílian Aparecida de Macedo. **Análise dos fatores que influenciam a Qualidade de vida de atletas paraolímpicos em Ambientes de treinamento e competição**. 2008. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V.J. Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência. Brasília: MEC/Sedes, 1994. p. 7-10.

PEREZ, Francisco Conejero. **Guias de atletas com deficiência visual**: estudo exploratório de motivações presentes nesta relação. 2008. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Distúrbios do Desenvolvimento, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

RECREIO NAS FÉRIAS E OS VALORES OLÍMPICOS people with spasticity. **British Journal of Sports Medicine**, Loughborough, v. 38, p. 310- 313, 2004.

SALMULSKI, D. & NOCE, F. Perfil psicológico de atletas paraolímpicos brasileiros. *Rev Bras Med Esporte*. v. 8, n. 4, p. 157-166, jul./ago. 2002

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e experiência. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.285-298, 1993.

SILVA, Luis Henrique Rolim; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. O uso das fontes orais nas pesquisas em história do esporte: memórias da “Corrida do fogo simbólico”. **Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 3, p.166-171, set. 2013.

SOUSA, Ana Isabel Castro Almeida e; PEREIRA, Ana Luíza Nunes; CORREDEIRA, Rui Manuel Nunes. **A experiência vivida de atletas paralímpicos: narrativas do desporto paralímpico português**. 2014. 617 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Universidade do Porto, Porto, 2014.

SOUZA, P.A. de.: **Introdução ao movimento paraolímpico**: Manual de orientação para professores de Educação Física: Brasília: Comitê paraolímpico Brasileiro, 2006.

TUBINO, Manoel José Gomes. Pesquisa e análise crítica sobre o conceito atual das manifestações esportivas. In: TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos Brasileiros Sobre o Esporte**. Maringá: Eum, 2010. p. 163.

VAMPLEW, W. História do Esporte no cenário internacional: visão geral. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 19 n. 34, p. 5-17, jan./jun., 2013.

VERÍSSIMO, A. W. Atletismo para deficiente visual. *In*: VERÍSSIMO, A. W.; RAVACHE, R. **Atletismo paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, p.11-46.

VON SIKORSKI, Christian; SCHIERL, Thomas. Effects of News Frames on Recipients' Information Processing in Disability Sports Communications. **Journal Of Media Psychology**, v. 24, n. 3, p.113-123, jan. 2012. Hogrefe & Huber.

WINNICK, P. J. Adapted Physical Education and Sport. Champaign: Human Kinetics, 1990

XAVIER, Ildete de Jesus Reis; ALMEIDA, Lahys Moreira de. **Atletas de atletismo com deficiência física e visual**: treinamento, performance e teste de esforço. 2010. 81 f. Monografia (Especialização) - Curso de Intervenção Fisioterapêutica em Doenças Neuromusculares, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

APÊNDICE A - Quadro com a revisão bibliográfica

Palavras: Atleta-guia, Atleta guia; Athlete guide; Athlete guide parolimpico; guide paralympic, Atleta guia paraolimpico, Atleta-guia paraolimpico, Atleta-guia cegos. Busca realizada dia 27/06/2017 e 29/06/2017, Brasil e/ou em Português	PLATAFORMA	ACHADOS
	SCIELO	0
	Portal da Capes	0
	PUBMED	0
	GOOGLE Acadêmico	6 *
* apenas 1 é estudo apenas dos guias		

DISSERTAÇÕES			
2Nº	LOCAL	AUTORIA	TÍTULO E SUBTÍTULO
11	São Paulo	Francisco Conejero Perez	Guias de atletas com deficiência visual: estudo exploratório de motivações presentes nesta relação

2	Rio Claro	Gabriella Andreea Figueiredo	Indução ao esforço e seus efeitos em parâmetros da percepção espacial de indivíduos atletas deficientes visuais e não deficientes
---	-----------	------------------------------	---

MONOGRAFIAS			
ANº	LOCAL	AUTORIA	TÍTULO E SUBTÍTULO
23	São Paulo	Ildete de Jesus Reis Xavier e Lahys Moreira de Almeida	Atletas de atletismo com deficiência física e visual: treinamento, performance e teste de esforço

24	Santa Maria	Henrique dos Santos Felipetto	Sistema de auxílio à navegação com monitoramento e orientação remota adaptado para o treinamento de atletas cegos em pista de atletismo
----	-------------	-------------------------------	---

ARTIGOS			
Nº	LOCAL	AUTORIA	TÍTULO E SUBTÍTULO
25	Ibirité	DeMoro et al.	Atletismo: um sentido da visão do esporte
26	Belo Horizonte	Silva et al.	Desempenho de sprint de uma atleta paralímpica e seu guia: um estudo de caso

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado Senhor,

Meu nome é Guilherme Magalhães Testa, sou aluno do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e estou realizando meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo dos jogos paralímpicos: uma visão daqueles que são os olhos dos atletas cegos”. O objetivo desta pesquisa é descrever o percurso histórico dos atletas guia de atletas brasileiros cegos nas corridas de fundo dos Jogos Paralímpicos, desde a primeira edição até o ano de 2016. Tendo em vista seus conhecimentos e de suas experiências neste assunto, a mensagem tem como finalidade convidá-lo para colaborar na pesquisa.

Se você concordar em participar deste estudo, responderá a uma entrevista com um roteiro pré-elaborado pelo grupo de pesquisadores, com o tempo máximo de duração previsto de uma hora. Seu relato é muito importante para que possamos coletar informações a partir da visão de quem vivenciou e representou o Brasil nos Jogos Paralímpicos. Para tanto, requeremos seu assentimento para a realização da entrevista, pois esta poderá ser gravada em áudio e/ou vídeo através de aparelhos digitais, tais como câmera filmadora e gravador de voz.

Informamos, também, que sua entrevista será transcrita integralmente. Finalizada a transcrição, se for do seu interesse, retornaremos o documento para sua revisão e seu consentimento de publicação dos resultados. Solicitamos autorização para utilizarmos suas imagens, captadas durante a filmagem da entrevista, além de eventuais fotografias, para a produção de projetos audiovisuais (vídeo clips, documentários, etc.) e/ou projetos culturais (exposições, oficinas, etc.) sobre as histórias de vida dos atletas paralímpicos brasileiros. Caso seja do seu interesse, enviaremos posteriormente uma cópia da entrevista em áudio e/ou vídeo para uso pessoal.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas sem fins comerciais. Com a sua permissão, as

informações geradas a partir de seu depoimento poderão ser disponibilizadas (formas escrita e/ou visual) em plataformas sociais *online* do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (NEHME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, bem como no *site* do mesmo, de livre acesso, o qual possui a finalidade de preservar e divulgar a memória do esporte paralímpico brasileiro.

Informamos ainda, que o senhor não terá custos financeiros e nem será remunerado por sua participação. Cabe ressaltar que não existirão riscos de exposição a partir da sua entrevista. O pesquisador envolvido neste estudo tratará sua identidade com padrões éticos de sigilo, se assim for seu desejo. De tal modo seus dados serão confidenciais. O nome ou o material que indique os participantes não será liberado sem sua permissão, exceto se exigido por lei. Os participantes não serão identificados em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, a não ser que o entrevistado autorize. As gravações de áudio e vídeo geradas a partir das entrevistas serão encaminhadas ao NEHME da ESEFID/UFRGS, que receberá as mesmas instruções descritas aqui no que tange a questões de sigilo de seus dados. Esperamos por meio das ações veiculadas neste projeto, preservar a memória paralímpica brasileira; produzir novos conhecimentos; divulgar os resultados no meio acadêmico e esportivo; e, desta forma contribuir para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil.

Caso o (a) senhor (a) tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá contatar a qualquer momento a pesquisadora responsável pelo projeto, professora Janice Zarpellon Mazo, no endereço profissional à Rua Felizardo, nº 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre – RS, CEP 90690-200, ou pelos telefones (51) 99957-9428/3388-3031, ou no endereço eletrônico janice.mazo@ufrgs.br, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo telefone 3308-3629 ou por e-mail: etica@propesq.ufrgs.br.

Por fim, é importante esclarecer que este estudo é parte integrante de um projeto maior, intitulado “Cenários Históricos e Socioculturais dos Esportes e da Educação Física no Rio Grande Do Sul – Brasil”, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo número 27331.

O presente termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor (a).

_____, ____ de _____ de 2017.

DECLARAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, _____, portador do CPF número _____ fui informado dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada, tendo tempo para ler e pensar sobre a informação contida no Termo de Consentimento antes de participar do estudo. Recebi informação a respeito dos procedimentos de avaliação realizados, esclareci minhas dúvidas e concordei voluntariamente em participar deste estudo. Além disso, sei que terei liberdade de retirar meu consentimento de participar da pesquisa frente a estas informações. Os pesquisadores certificaram-me também de que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais. Fui informado que caso existirem danos a minha imagem, causados diretamente pela pesquisa, terei direito a indenização conforme estabelece a lei. Concordo que as gravações dos depoimentos sejam encaminhadas para o acervo do NEHME da ESEFIDUFRGS.

Também sei que sou eximido de qualquer gasto referente à pesquisa. Caso tiver novas perguntas sobre este, Janice Zarpellon Mazo, pesquisadora responsável pelo estudo, estará à disposição nos telefones (51) 3388-3031 ou (51) 99957-9428 para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante desse estudo, ou através de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308-3738. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para esclarecimentos.

.....

Assinatura do Entrevistado e
data/local

.....

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista

Dados de Identificação:

Nome completo:

Apelido:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Profissão:

Endereço p/contato:

Telefone:

E-mail:

Modalidade e provas que disputou (se precisar):

Clube ou entidade que atualmente representa:

Clube ou entidade que já representou:

Possui ou possuiu bolsa atleta:

Outra atividade laboral (qual?):

Espaço livre para escrever o que achar importante dentro de sua vida pessoal:

Pré-Entrevista

- a) Fale sobre a sua trajetória no esporte.
- b) Como ocorreu a sua inserção no esporte?
- c) Quais os motivos que o levaram ao esporte?
- d) Qual o papel da sua família na sua inserção no esporte?
- e) Em que momento os atletas paralímpicos passaram a competir com um atleta-guia?
- f) Quais fatores motivaram a pessoa a se tornar atleta-guia?
- g) Como ocorre o processo de escolha dos atletas-guias?
- h) Como o atleta-guia conheceu o atleta com que compete?
- i) Quais as condições de treinamento do atleta-guia?
- j) Há mulheres atuando como atleta-guia?
- k) Quais foram os desafios enfrentado são longo da sua carreira?

- l) Quais competições que você destacaria como as mais importantes em sua carreira? Por quê?
- m) Qual o significado dos Jogos Paralímpicos para você? Que momentos da sua participação você destacaria?
- n) O que representa para você ter participado dos Jogos Paralímpicos? O que essa participação mudou na sua vida?
- o) O que significou a conquista da medalha para você?
- p) Qual é/era o seu maior desejo como atleta paralímpico?
- q) Como você percebe o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil?
- r) Você gostaria de falar algo que não foi perguntado na entrevista? Sinta-se à vontade, este espaço é seu.

ANEXO A – Termos de Consentimento

DECLARAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, Alex Luis Emiliavaca,
portador do CPF número 02322901059 fui informado dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada, tendo tempo para ler e pensar sobre a informação contida no Termo de Consentimento antes de participar do estudo. Recebi informação a respeito dos procedimentos de avaliação realizados, esclareci minhas dúvidas e concordei voluntariamente em participar deste estudo. Além disso, sei que terei liberdade de retirar meu consentimento de participar da pesquisa frente a estas informações. Os pesquisadores certificaram-me também de que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais. Fui informado que caso existirem danos a minha imagem, causados diretamente pela pesquisa, terei direito a indenização conforme estabelece a lei. Concordo que as gravações dos depoimentos sejam encaminhadas para o acervo do NEHME da ESEFIDUFRGS.

Também sei que sou eximido de qualquer gasto referente à pesquisa. Caso tiver novas perguntas sobre este, Janice Zarpellon Mazo, pesquisadora responsável pelo estudo, estará à disposição nos telefones (51) 3388-3031 ou (51) 99957-9428 para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante desse estudo, ou através de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308-3738. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para esclarecimentos.

Alex Luis Emiliavaca 03/08/2017

Assinatura do Entrevistado e data/local

.....
Assinatura do Pesquisador

DECLARAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, Carlos Antonio dos Santos

portador do CPF número 293.244.228-95 fui informado dos objetivos da pesquisa acima, de maneira clara e detalhada, tendo tempo para ler e pensar sobre a informação contida no Termo de Consentimento antes de participar do estudo. Recebi informação a respeito dos procedimentos de avaliação realizados, esclareci minhas dúvidas e concordei voluntariamente em participar deste estudo. Além disso, sei que terei liberdade de retirar meu consentimento de participar da pesquisa frente a estas informações. Os pesquisadores certificaram-me também de que todos os dados dessa pesquisa serão confidenciais. Fui informado que caso existirem danos a minha imagem, causados diretamente pela pesquisa, terei direito a indenização conforme estabelece a lei. Concordo que as gravações dos depoimentos sejam encaminhadas para o acervo do NEHME da ESEFIDUFRGS.

Também sei que sou eximido de qualquer gasto referente à pesquisa. Caso tiver novas perguntas sobre este, Janice Zarpellon Mazo, pesquisadora responsável pelo estudo, estará à disposição nos telefones (51) 3388-3031 ou (51) 99957-9428 para qualquer pergunta sobre meus direitos como participante desse estudo, ou através de contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS pelo telefone (51) 3308-3738. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para esclarecimentos.

Ass: 29/06/2017

Assinatura do Entrevistado e data/local

.....
Assinatura do Pesquisador